

COM A PALAVRA

Fotos: ADRIANA GARCIA



Elvandir José da Costa

Ele tem larga experiência no meio docente e jurídico. Ex-procurador jurídico da UFSM nos anos 1990, Elvandir José da Costa, que além de ministrar aulas na UFSM e na Universidade Luterana, é bastante conhecido por ser alguém que não tem papas na língua. Em entrevista ao Jornal da SEDUFSM, coerente com a filosofia de quem não disfarça o que pensa, não fugiu às perguntas polêmicas. Além de criticar o Judiciário, que, segundo ele, é formado por juizes conservadores, Elvandir Costa, 60 anos, não é nada condescendente com uma classe média que pensa o Brasil através de soluções jurídicas e policiais quando, na ótica dele, a resolução dos problemas se dá pela via política. Segundo ele, é preciso ver com certo ceticismo a postura 'denuncista' dos meios de comunicação, que mais desmoralizam as instituições do que propriamente colaboram para o resgate da cidadania. Instado a falar sobre a crise da universidade e as fundações de apoio, ele não titubeia e responsabiliza a insensibilidade da comunidade interna e os interesses econômicos como responsáveis pela privatização das instituições de ensino superior, que hoje estaria ocorrendo por dentro. Acompanhe a seguir:

Fundações são 'caixa dois'

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Pergunta- *Nos últimos anos nós tivemos inúmeros escândalos, dentre os quais, aquele que levou ao impeachment do presidente Collor, o dos anos do Orçamento, que mostraram a promiscuidade de setores privados e órgãos do Estado. Mais recentemente, a partir de 2005, escândalos têm se sucedido, deixando a população perplexa e ao mesmo tempo desacreditando nas instituições. Na sua avaliação onde estariam as causas desses problemas? Temos leis inadequadas ou na verdade falta cumprir as que existem?*

Resposta- Em primeiro lugar devemos colocar os problemas na sua exata dimensão. O problema não tem a dimensão de como é noticiado. Na verdade, o que é sentido pela opinião pública (que não é pública, e sim da imprensa) é em virtude da repetição do mesmo fato várias vezes ao dia, em várias redes. Isso dá uma impressão à população de que as coisas são muito piores do que realmente são. Na verdade, uma coisa é o jornalismo de denúncia, que é uma coisa legítima. Uma outra é o jornalismo que pretende desqualificar as instituições. Porque na medida em que desqualificamos um poder, seja executivo, legislativo ou mesmo o judiciário, sobe o poder da imprensa, da igreja ou das forças armadas. Então, o problema não é tão grande. De mais a mais, o que nos surpreende agora é que as instituições estão

funcionando. Quer dizer, há liberdades democráticas absolutas para a denúncia. Os órgãos de apuração estão funcionando como nunca. Nós nunca tivemos um ministro do Superior Tribunal de Justiça, um governador, um secretário de estado, um advogado ou um juiz comum presos. E isso está acontecendo e é um belíssimo sinal de que as instituições estão funcionando. Porque ninguém está fora do alcance da lei e acima de qualquer suspeita e o presidente não está interferindo no funcionamento, por exemplo, da Polícia Federal, para obter rumos na apuração. Lembramos muito bem, que ainda há poucos anos, se um agente da Polícia Federal alcançasse alguma pessoa mais poderosa, era transferido para o Acre ou Foz do Iguaçu, onde o matavam. Hoje não, a instituição está cortando na própria carne. Já estamos com quase 15 delegados presos, temos fiscais da Receita que 'vão para a rua'. Enfim, os problemas não são tão sérios. É uma razão para elevar a auto-estima do povo brasileiro e sobretudo valorizar uma coisa extraordinária (que não estão valorizando), que são as liberdades democráticas.

P- *O senhor acha então que os meios de comunicação têm papel preponderante nesse processo? O que a gente observa é que um escândalo sucede outro, e o que*

havia sido noticiado anteriormente, acaba no esquecimento. Então, o senhor acha que a mídia realmente estaria falhando nesse processo quando se preocupa em manchetes e mais manchetes?

R- A mídia está cumprindo o seu papel, alguns por interesse e outros na sua missão, que é constitucional (a liberdade de imprensa está prevista na constituição) e está cumprindo seu papel de denúncia. Só que o judiciário não tem tido condições de responder com a rapidez necessária, isto é uma realidade. Não que seja uma proteção classista (às vezes acontece, aqui ou ali) é problema estrutural, porque o executivo é um poder armado, já dizia Ulysses Guimarães. O legislativo é o poder desarmado e o judiciário é o poder alarmado. Porque desemboca no judiciário toda a questão social do país e aí não tem condições de responder. Isso acaba implicando na desqualificação do poder judiciário. Como se fosse omissão, corrupto, etc. Quando se pega um membro do judiciário (há muitos mais casos do que se pega, evidentemente), aparece o desespero de que o judiciário ruiu. Não. Alguns juizes foram pegos nessas circunstâncias, não é o poder. Nós temos ladrões dentre os médicos, advogados, que ajudam nas fraudes do INPS e entregam armas para presos no presídio e os economistas

falsificam balanços. Mas, não podemos condenar toda a categoria. A generalização do problema o torna mais sério, o que acaba que o 'populacho' tem uma percepção que não é a realidade e provoca a descrença nas instituições.

P- *O sensacionalismo colabora que para que se tenha iniciativas equivocadas? Por exemplo, quando houve o assassinato do garoto João Hélio, no Rio de Janeiro, a abordagem sensacionalista acabou gerando uma cruzada pela redução da maioria penal de 18 para 16 anos. A sociedade não estaria se movendo mais pela passionalidade do que pela racionalidade?*

R- Um problema que eu observo na sociedade brasileira é que ela perdeu a capacidade de se indignar. E quando se indigna é transitoriamente provocada pela imprensa. Então começam a procurar soluções para os problemas nacionais, de última hora, ou soluções legais. Hora, o Direito não resolve nenhum problema social. Os juristas são as categorias mais atrasadas que existem dentro do país, porque são positivistas desde a raiz e são incapazes de resolverem problemas sociais. Ele tenta regular o comportamento das pessoas, mas é para regular problemas políticos. Portanto, a solução não é jurídica e também não é reduzir a maioria penal, porque isso é um crime. Vejamos bem, nós